

As Convenções no Processo de Mediação Sígnica¹

Dulce Adélia Adorno Silva²

Pontifícia Universidade Católica de Campinas/SP

Resumo

Linguagem e instrumento são bases da evolução da sociedade humana; o homem foi o único animal capaz de abandonar a condição natural, na qual a intervenção na natureza é direta e a linguagem, instintiva. Isso resultou na civilização, que se fez pela mediação entre os homens o que foi possível graças ao signo e ao instrumento. Conceitua mediação por signos. Argumenta: se a sociedade se mantém e evolui e o homem se desenvolve, significa que a relação homem-mundo e outros homens se faz por convenções sígnicas e não, por impacto. Para explicitar essa convenção sígnica, a base é Eco, Barthes e Peirce. Analisa como o signo permanece mediador das relações humanas em função da civilização que culmina na sociedade complexa (Morin), resultado de processo cumulativo de informação por meio de signos cujas convenções alicerçam as linguagens midiáticas.

Palavras-chave: Mediação; Signo; Convenções.

Introdução

Linguagem e instrumento são responsáveis pelo caráter evolutivo da sociedade humana, uma vez que o homem foi o único animal capaz de abandonar a condição natural, na qual a intervenção na natureza é direta e a linguagem, instintiva. Esses dois elementos levaram-no a criar um mundo artificial, denominado civilização: “a palavra ‘civilização’ descreve a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuitos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos.” (Freud, 1974, p.109)

Dessa forma, Freud evidencia o distanciamento do homem de sua origem natural, pela utilização de instrumentos, por meio dos quais recria seus próprios órgãos (a casa corresponde ao útero materno), ampliando-lhes os limites de funcionamento. Ao comentar a

¹ Trabalho apresentado no DT 08- Estudos Interdisciplinares XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 17 a 19 de junho de 2016.

² Professora Doutora do Centro de Linguagem e Comunicação PUC-Campinas, e-mail: d.adorno@uol.com.br e dulceadorno@puc-campinas.edu.br

expansão dos órgãos humanos por meio de instrumentos, Freud denomina o homem “Deus da prótese” (p. 111)³, considerando que sua evolução se acha em processo contínuo. Embora comente a importância da fabricação de objetos como base do caráter civilizatório, o autor aponta também a importância do modo como os relacionamentos mútuos, os relacionamentos sociais, são regulados como “o últimos dos aspectos característicos da civilização”(p.115). Para que isso acontecesse, ou seja, para que a civilização sobrevivesse, Freud opõe a comunidade (a maioria mais forte) ao indivíduo (força bruta) e caracteriza essa etapa como “passo decisivo da civilização” (ibidem), porque opõe a lei, que limita a possibilidade de satisfação da comunidade, à liberdade individual.

Mesmo destacando que a importância da vida em sociedade, como garantia da civilização, baseia-se na justiça, alicerçada na lei em favor da maioria, o autor não comenta, no ensaio em questão, o valor da linguagem para a evolução civilizatória ou para sua sustentação, mas deixa-o implícito, quando reforça a importância da vida em sociedade com a aceitação da lei, para que isso se realizasse. Ao dar maior importância à comunidade, sobrepondo-a ao indivíduo, infere-se que a vida em comunidade, ou civilização (criada a partir do fabrico de objetos), para sustentar-se depende de regras comuns criadas e aceitas socialmente, o que só se faz possível pela mediação da linguagem.

Portanto, a civilização evoluiu pelo fabrico de objetos e pela comunicação por meio da linguagem (sem a qual não haveria acordos e nem regulamentos), uma vez que ambos participam do processo de mediação, base da relação humana com a natureza e com os outros homens.

Essa reflexão parte do processo de mediação que se faz por instrumento e por signo, com base na teoria de Vygotsky, que aponta duas linhas diferentes de desenvolvimento humano: “os processos elementares, que são de origem biológica; de outro, as funções psicológicas superiores de origem sócio-cultural” (2003, 61). A primeira abordagem deste estudo é o conceito de mediação, que é feita também por meio dos sistemas de signos e que, para se realizar depende do acordo mútuo entre os indivíduos. Assim, é importante entender a importância das convenções para a sociedade, que se fez também pela linguagem responsável pela mediação no mundo civilizado.

³ À p.111, em NRP, Freud define: [Prótese é o termo médico empregado para designar um complemento artificial do corpo, destinado a compensar alguma parte ausente ou inadequada: dentaduras ou pernas artificiais, por exemplo.]

As Bases da Mediação

De acordo com Vygotsky, a mediação constitui uma atividade indireta do homem sobre a natureza, sobre si mesmo ou sobre os outros homens. Para ele, há duas linhas diferentes de desenvolvimento humano: “os processos elementares, que são de origem biológica; de outro, as funções psicológicas superiores de origem sócio-cultural”.(Vygotsky, 2003, 61). Estas correspondem ao comportamento adquirido - construído no processo de mediação - responsável pelo desenvolvimento da inteligência prática e abstrata, que se faz graças à convergência dos usos: do signo (fala) e do instrumento (atividade prática). Como outros autores, ele considera a mediação um processo comum aos animais, só que eles interferem diretamente na natureza e sua linguagem é instintiva, logo, nela, a mediação é programada pela espécie, ou seja, eles possuem sempre a mesma reação em situações que exigem respostas instintivas. Contudo, os seres humanos foram capazes de escapar ao comportamento condicionado pela espécie e incorporar ao organismo novas formas de reação, tanto por instrumentos quanto por signos. Assim, a mediação humana se realiza indiretamente: com a natureza por meio instrumento; e com o homem que se relaciona com os outros homens (função interpessoal) e consigo mesmo (função intrapessoal) ¹, por meio de signos.

Em relação à função intrapessoal, Vygotsky aborda a importância dos signos para a formação da memória, quando a criança torna-se capaz de “combinar elementos dos campos visuais presente e passado (...) liberta-se das limitações da lembrança direta; ela sintetiza com sucesso, o passado e o presente de modo conveniente a seus propósitos.” (Ibidem, p.48). Nesse sentido, o estudioso comprova por meio de pesquisa não apenas a importância dos signos para o desenvolvimento individual como a origem social dos signos. Ao provar a importância dos signos para o desenvolvimento humano, distanciando o homem de sua condição natural, reafirma que a mediação por signos “cria novas formas de processos psicológicos enraizados na cultura” (p.58), o que caracteriza a mediação um processo dependente de convenções sociais: acordo mútuo que estabelece regras para o conhecimento do mundo e do próprio homem, preservação da civilização etc. ⁴

⁴ Vygotsky observa a analogia entre as mediações por signo e por instrumento: ambas são atividades mediadas indiretas. Mas, possuem diferenças: “o modo como orientam o comportamento humano” (p.72). Assim, o instrumento “orientado externamente leva a mudanças nos objetos => atividade dirigida ao controle da natureza; já o signo “é um meio da atividade interna, dirigido para o controle do indivíduo” (p.73). Porém, ambos estão ligados, pois “a alteração provocada pelo homem sobre a natureza altera a própria natureza do

Embora a mediação seja um processo natural porque se faz também entre os animais, no homem manifesta-se indiretamente, o que lhe propiciou a formação da civilização, que se assenta sobre a cultura. Se ela se mantivesse subordinada ao instinto, a sociedade não teria evoluído e nem o homem teria conseguido desenvolver-se. Como base da sociedade humana, ela depende da convenção social (acordo entre os homens) para sustentação da civilização, como observou Freud. Assim, quando nasce, o homem já se encontra inserido no universo das convenções (onde se situam as linguagens) ou consenso.

As Convenções

A formação da sociedade humana alicerça-se sobre a convenção, uma vez que ela se constitui a base da evolução social e da própria vida em sociedade, marcadas pelas linguagens, que além de terem sido causa de o homem se afastar da natureza, sempre lhe garantiram a manutenção da sociedade. A ordem social depende das convenções, resultado do pacto social (comum acordo) e do contrato social: ato associativo, acordo recíproco, consentimento, regras (Rousseau, s.d., p. 29-31) -, que só se tornam possível por meio das linguagens (sistemas de signos) que diferenciam o homem dos outros animais, cuja linguagem está condicionada aos instintos pela natureza: (...) “A Natureza comanda todo animal e este obedece. O homem experimenta a mesma impressão, mas se reconhece livre para aquiescer ou resistir” (Ibidem, p.153).

Logo, se a sociedade humana se diferencia da sociedade animal, porque o homem torna a vida independente da natureza, ao criar um mundo artificial denominado civilização (ou cultura), que se fez graças ao uso do signo e do instrumento, a relação do homem com seu mundo insere-se no universo das convenções por ele criadas. Elas são característica própria da sociedade humana, que não se constituiria como tal, se os sistemas de signos não as tivessem como base, no que diz respeito tanto à expressão, quanto ao significado deles. Portanto, a evolução humana pelo signo e instrumento realizou-se por meio de acordos, mediados pela linguagem e pelo instrumento, que acabam por ser anteparo um do outro em direção ao desenvolvimento humano e à evolução social.

Nascido há mais de um século antes de Freud, Rousseau, na obra O Contrato Social, editada em 1762, explica as convenções como a base, para que o homem se distanciasse da natureza e constituísse a sociedade. Embora considere que, por meio delas, ele troque a liberdade

homem” (p.73): é o que ele denomina comportamento superior. À página 74, esclarece que a mediação interpessoal (externa) passa a ser intrapessoal, interna

natural pelo aprisionamento social, designa a ordem social como Direito, que só é possível a partir da aceitação pelos homens, cujo acordo possibilita a elaboração das leis. Embora considere a ordem social, um direito sagrado, pois afirma que ele serve de alicerce a todos os outros, declara que ele não vem da natureza, pois se fundamenta sobre convenções (p.22). Sem dúvida alguma, esse acordo entre os homens foi mediado pela linguagem, que, conforme o autor, se configurava inicialmente por meio de sons imitativos: “os objetos que feriam os ouvidos.(...) Imaginou-se substituir os gestos pelas articulações da voz.” (p.160). Como os outros estudiosos citados, Rousseau observa a permanência de características naturais no ser humano. Nesse sentido, divide em duas as desigualdades humanas: a) a natural (estabelecida pela natureza): diferença de idades, de saúde, de forças corporais e das qualidades do espírito e b) desigualdade moral e política “que depende de uma espécie de convenção e foi estabelecida, ou ao menos autorizada, pelo consentimento dos homens.” (p.143). Assim, fixa a diferença entre a atividade do animal cuja escolha ou rejeição é instintiva e a do homem, que se faz por um ato de liberdade. (p.153). Enquanto a natureza comanda o animal que a obedece, o homem se reconhece livre para decidir, ou seja, este se afasta da condição natural, aperfeiçoa-se e aquele fica submisso à natureza.

Para Rousseau, pode-se inferir que a base da sociedade humana tenha sido a linguagem, pois declara que ela é originária do grito, portanto proveniente da natureza e sua formação ocorreu antes da necessidade de persuadir os outros homens reunidos em sociedade. Quando as ideias se multiplicaram e a comunicação tornou-se necessária, os homens criaram uma linguagem mais extensa, associada a gestos, inflexão de voz etc. Como afirmado anteriormente, isso só foi possível graças ao consentimento em comum, o que necessitou do uso da palavra, segundo o autor: “a palavra parece ter sido bastante necessária a fim de estabelecer o uso da palavra” (p.163).

Assim como Freud, Rousseau também entende que “as leis controlam as paixões, os crimes, as desordens” (p.169), isto é, admite a necessidade das convenções mediadas pelo signo para controle da agressividade decorrente do instinto, característica natural. Além disso, Rousseau pressupõe que os homens primitivos não tinham capacidade para agrupar características comuns aos seres para classificá-los. Para que isso ocorresse, foram importantes as convenções da linguagem para a denominação e classificação das espécies. Logo, deixa implícita a evolução e a manutenção da sociedade por meio das convenções sígnicas e não, pelo primeiro contato com a natureza. Ao referir-se à necessidade das convenções para essa classificação, assim se expressa: “(...) pense-se em quantas teriam

escapado a homens que só julgavam as coisas por seu primeiro aspecto.”(p.162). Portanto, o conhecimento é uma rede, cuja tessitura se amplia a partir de convenções que foram sendo estabelecidas durante a evolução social.

Devido à evolução social e ao desenvolvimento humano, é necessário comparar a visão de Edgar Morin aos autores em questão. Os modos como eles vêem a sociedade e a contrapõem à natureza mostram-se diferentes no sentido do objetivo a ser atingido pelas teorias de cada um. Assim, Freud valoriza a civilização que se fez a partir dos regulamentos, ou seja: “tudo aquilo em que a vida humana se elevou acima de sua condição animal e difere da vida dos animais.” (Freud 1974:16) .

Para Morin, “o fenômeno social não é estritamente humano” (Morin 1998:95), uma vez que considera também os agrupamentos (apud) animais como sociedades complexas. Nesse sentido, observa que as sociedades animais tem sua ordem organizacional alicerçada “no dispositivo genético, ou seja, na memória/patrimônio hereditário inclusa em cada indivíduo”. Denomina esse dispositivo: genoteca, reserva de invariância e “fonte potencial de neguentropia, isto é, programas de comportamento inato” que abrange o “domínio dos signos e ritos da comunicação interindividual e da relação sexual” (p.100). Portanto, a ordem social é de origem genética e inata. Outra fonte de ordem e de programação de comportamento (neguentropia) assenta-se no “ecossistema: alternância do dia e da noite, estações do ano, território, recanto ecológico, recursos materiais” (Ibidem).

Diferentemente, a sociedade humana é marcada por “modificações ecológicas” (p.104), decorrentes da complexificação do cérebro e da sociedade, que, por consequência, produzem “uma esfera, não inata, mas adquirida e transmitida aos indivíduos, de saberes e saber-fazer. (p.105). Assim, desenvolvem-se as técnicas de fabrico de objetos e “as intercomunicações que se desenvolvem suscitam a emergência da linguagem de dupla articulação, a qual passa a permitir a inscrição e a transmissão dos conhecimentos até ao infinito.” (Ibidem). Tanto o fabrico como a comunicação, dependem das convenções sociais:

regras (repartição de alimento, das mulheres, regras de troca, exogamia, interditos, etc) de organização da sociedade que não resultam simplesmente dos programas inatos de comportamento, nem simplesmente de interações entre indivíduos, ou seja, que não se constroem a si mesmas, mas que precisam ser mantidas pela prática social e que devem ser inculcadas nas gerações novas.” (p.106)⁵

⁵ Edgar Morin caracteriza, nesse momento, a cultura “ indispensável à manutenção da complexidade social” e define-a como “uma esfera informacional/organizacional que garante e mantém a complexidade humana – individual e social – para além da complexidade espontânea que nasceria da sociedade se esta estivesse privada desse capital informacional/organizacional adquirido.” (p. 106)

O que o autor denomina *genoteca social* abrange todas as formas de convenções: saber fazer, regras, modelos de conduta, normas, interditos e outros domínios como: relações com o ambiente; de prática, de tecnologia: fabrico dos utensílios, construção dos abrigos, utilização eficaz das armas etc); regras de organização da sociedade que começam com os hominídeos (partilha dos alimentos) etc. Abrange também o conhecimento e a classificação (mencionados por Rousseau), a técnica e a tecnologia, a economia e a política.

As convenções constituem, portanto, a base da formação, evolução e sustentação da sociedade humana complexa, mas garante a invariância, ou seja, a preservação das identidades sociais, associada a uma mudança contínua, que se tornou possível “graças ao patrimônio genético” (p.107). Isso relembra o esquema vygotskyano: E-O-R, que incorpora a evolução por meio de signo e instrumento ao organismo humano.⁶

Assim, se as convenções sociais, acordos, normas fazem parte da sociedade humana que se fez por meio de signo e de instrumento, importa nesse momento, retomando o propósito deste artigo, entender como as convenções, base da sociedade (civilização e cultura) manifestam-se nos signos, base de sustentação e mediadora da evolução social e do desenvolvimento humano. Passa-se, pois, a analisar como as convenções integram os signos em função da mediação.

O signo

Se o homem possui relações mediadas com a natureza por meio de instrumento e com os outros homens e consigo mesmo, por meio de signos, então ele não conhece o mundo como se com ele se relacionasse pela primeira vez, pois, se assim o fizesse, suas relações também seriam instintivas como as dos outros animais, visto que eles possuem um padrão natural, genético e inato (neguentropia) de relação entre si e com o mundo. Assim, o primeiro contato do homem: ser civilizado -, com o mundo se faz de modo convencional, que já está estabelecido socialmente, pelo pensamento ou razão. Conforme Morin, os programas de comportamento inato são mais presentes nas sociedades animais, ou seja, o comportamento atende a uma programação biológica.

⁶ Segundo Vygotsky, p. 51. “(...) o impulso direto para reagir é inibido, e é incorporado um estímulo auxiliar que facilita a complementação da operação por meios indiretos.”

No entanto, a diferença entre a sociedade animal e a sociedade humana é que o signo, ao lado do instrumento, é responsável pelo afastamento do homem do meio natural e, conseqüentemente, pela sua formação e evolução, porque o diferenciou dos animais que interferem diretamente na natureza, ao passo que ele o faz indiretamente⁷ Assim, diferentemente do comportamento biológico dos animais, programado pela natureza, a mediação causa uma mudança de comportamento no ser humano, uma vez que ao gerar *novas formas de processos psicológicos*, a intervenção no mundo se realiza para produzir a cultura e a sociedade que se modificam.

Na obra de Umberto Eco, a parte denominada Premissa faz referência a um cidadão italiano (Sigma), que, sabendo pouco da língua francesa, procura um médico na França. Ao mostrar as dificuldades vividas pelo senhor Sigma, o autor evidencia que o ser humano está cercado por signos que carecem de interpretação. Dessa forma, Sigma penetra “numa apertada rede de sistemas de signos” (Eco, 1973, p. 12) para poder interagir socialmente, ou seja, o ser humano não seria capaz de interagir socialmente ou ainda, não teria sido capaz de “ter consciência racional da própria dor, possibilidade de pensá-la e classificá-la, se a sociedade e a cultura o não tivessem humanizado como animal capaz de elaborar e comunicar signos” (Ibidem). Para relacionar-se, o homem precisa conhecer os sistemas de signos previamente estabelecidos pela sociedade em que vive e conhecer também as diferentes convenções que se estabelecem pelos grupos sociais. Se as convenções sógnicas fossem programadas biologicamente (neguentropia), de acordo com a espécie humana, todos os seres humanos reagiriam da mesma forma diante de um dado estímulo sógnico.

Além do caráter comunicante do signo, Eco observa também, a partir dessa premissa, que o signo funciona como mediação entre homem e natureza, entre homem e homem, homem e cultura, constatando (como o fez Vygotsky) o caráter cultural do signo; “cultura é toda intervenção humana sobre o dado natural, modificado de modo a ser inserido numa relação social” (Eco, 1971, p. 5) . Logo, criar sistemas de interpretação de dados naturais ou artificiais é o mesmo que fazer cultura; os elementos, à medida que são interpretados pelo homem, tornam-se dados culturais. Por exemplo, uma árvore é um elemento natural, mas quando o Sr. Sigma começa a parar embaixo dela todos os dias para aguardar a chegada do

⁷ Edgar Morin caracteriza, nesse momento, a cultura “ indispensável à manutenção da complexidade social” e define-a como “uma esfera informacional/organizacional que garante e mantém a complexidade humana – individual e social – para além da complexidade espontânea que nasceria da sociedade se esta estivesse privada desse capital informacional/organizacional adquirido.” (p. 106)

ônibus, adquire significado: parada de ônibus – tornando-se signo. Portanto, o signo, no esquema vygotskyano: E-O-R – situa-se entre o homem e a natureza, é um objeto incorporado pela mente humana, mas também uma representação exterior a ela, ou seja, “alguma coisa que representa algo”. Afinal, é relevante observar que, o novo significado atribuído à árvore, depende de como ele se constitui e como permanece, pela convenção social, mediador das relações humanas em função da evolução (atualmente, o homem toma ônibus para se deslocar e, para isso, não mais faz uso do animal) que tem como consequência a sociedade complexa. A convenção para a mediação sígnica adquire importância no momento em que Umberto Eco explicita o valor do código, que se constitui por signos delimitados e aceitos pelos usuários, que podem com eles organizar mensagens.

O conceito de signo é comum a vários estudiosos: signo é alguma coisa que representa algo para alguém. No livro *Elementos de Semiologia*, Barthes retoma o conceito de Santo Agostinho⁸ e evidencia a relação entre significante e significado, ao observar que o que há de comum no campo nocional do signo é que todos os elementos desse campo “remetem necessariamente a uma relação entre dois relata” (Barthes, 1971, p.39). Portanto, inclui em sua teoria, o processo de significação, que acontece entre os relata: o significante e o significado. O movimento da significação mostra-se coerente com o processo da evolução humana, na qual, a cada etapa, são incorporadas à cultura novas linguagens e novos instrumentos de mediação. Logo, continuamente o homem além de manter a invariância da sociedade, incorpora novas formas de mediação que se estabelecem e permanecem devido ao consentimento social.

Umberto Eco declara que , “todos os fenômenos da cultura são sistemas de signos (linguagens), isto é, fenômenos da comunicação”. (Eco, 1971, p. 1). Para esse autor, “é signo tudo o que mantém relações de significação, mesmo se a sua estrutura interna não for a mesma dos signos linguísticos e que, no entanto, de cada signo se deve poder dar a descrição de uma estrutura interna” (1973, p. 124). Logo, tanto Eco como Barthes entendem o significante como o elemento mediador, que suscita o significado, como se aquele fosse o estímulo e este, o significado, a resposta. Constata-se que, para ambos, embora a relação

⁸ Roland BARTHES em *Elementos de Semiologia*, ao analisar o campo nocional do signo, cita, em nota de rodapé, Santo Agostinho, que afirma que “signo é uma coisa que, além da espécie ingerida pelos sentidos, faz vir ao pensamento, por si mesma, qualquer outra coisa” (Barthes, 1971, p.42)).

entre significante e significado funcione como E-R (neguentropia), os acordos sociais em função da mediação acompanham a evolução, conforme a teoria de Vygotsky.

Outro autor que se coloca em análise: Peirce -, entende signo como “alguma coisa que representa algo para alguém...”. Ele conceitua signo a partir da relação entre três elementos que o constituem:

Signo, ou Representamen é um Primeiro que se põe numa relação triádica genuína tal para com um Segundo, chamado seu Objeto, de modo a ser capaz de determinar um Terceiro, chamado seu Interpretante, o qual se coloque em relação ao Objeto na mesma relação triádica em que ele próprio está, com relação a esse mesmo objeto”. (1974, p, 31).

Para ele, a relação humana com o mundo se dá através da linguagem, ou seja, o homem conhece o mundo por meio dos signos. Esse conhecimento acontece a partir do contato (“abrir as janelas do espírito” (apud), que surpreende (“impressão não analisável, indizível” (apud)) é a primeiridade; a seguir, vem a experiência: agir, reagir, individuar: é o confronto, a secundidade; e, por último, a terceiridade que se traduz pelo pensamento, inteligibilidade, compreensão que se realiza por meio dos signos, enfim é o conhecimento.

Peirce constata o caráter mediador do signo quando lhe evidencia a condição *sine qua non* para o conhecimento: “o absolutamente incognoscível é absolutamente inconcebível”. Continua afirmando que tudo que “é real’ é cognoscível em alguma medida e tem a natureza de uma cognição”. (Ibidem, p. 87). Confirma que todo conhecimento se realiza por meio de signos e que o homem só pensa por meio deles, abrangendo-os e sendo abrangido por eles: “De fato, homens e palavras educam-se mutuamente: cada aumento de informação humana envolve e é envolvido por um aumento de informação das palavras” (Ibidem, p. 88). Nesse sentido, infere-se que o homem se desenvolve, a partir de um processo cumulativo de informação que lhe é propiciada, mediada, pelos signos, isto é, o processo de conhecimento procede de mediação sígnica, cujos sistemas já se encontram instituídos por convenção social. Embora o processo de conhecimento, para o autor, possa iniciar-se como qualidade percebida pela sensação (aparência que não permanece), diante de todas as reflexões feitas anteriormente, indaga-se se a primeira relação com o mundo não é feita já a partir dos sistemas de signos que se instituem socialmente a partir das convenções, que permanecem, mas também se modificam a partir da evolução de objetos (fabrico) desenvolvidos para produzirem linguagens. O signo adquire caráter próprio, exerce a

mediação da relação entre os próprios homens, a partir do significado que eles lhe deram e lhe dão por acordo mútuo, ou seja, por convenção.

Certamente, o homem foi hábil para chegar às convenções da fala, conforme Rousseau, mas nota-se que a convenção sígnica se estabelece pelo modo como o significante : materialidade do signo: que se constitui pelo som, pelo traço, pela cor, pela imagem, pelo gesto etc - tornou-se convencional no modo (técnica) de se produzir, assim como de significar (significado). Nesse sentido, a ideia (interpretante) associada à matéria, só realiza a mediação, quando os indivíduos estão de acordo com a relação fixada. Pode-se afirmar que o acordo define a mediação que se pretende por meio do signo, assim como ele assegura a vigência das convenções estipuladas socialmente.

Logo, se a sociedade humana diferencia-se da sociedade animal, porque o homem torna a vida independente da natureza, ao criar um mundo artificial denominado civilização ou cultura, que se fez graças ao uso do signo e do instrumento, a relação do homem com seu mundo insere-se no universo das convenções por ele criadas, que se fizeram característica fundamental da sociedade humana. Não haveria comunicação, se os sistemas de signos não fossem, de algum modo, direcionados pela convenção instituída pelos homens em relação à expressão e o que ela significa. Isso é tanto verdade, que a evolução humana pelo signo e instrumento realizou-se por meio de acordos, mediados pela linguagem e pelo instrumento, que acabam por ser anteparo um do outro em direção ao desenvolvimento humano e evolução social.

A evolução humana culminou na sociedade complexa (de acordo com Edgar Morin), onde se entende o homem como *homo complexus*, não apenas *homo faber* e *homo sapiens*. Portanto, pode-se, então, acrescentar às características do ser humano, aquela que corresponde ao fato de que, desde que nasce, ele é *homo signans*: homem de linguagem, que lhe possibilita produzir objetos que se modificam, porque pensa sobre a fabricação e o uso deles. (Morin, 2006, p. 4). Atualmente, o homem não é apenas natural, mas essencialmente homem complexo. Por esse fato, conclui-se que a mediação humana, por meio dos signos, não mais se faz com o mundo natural, como bem observa Vilém Flusser (2007, p. 54-58), mas com o mundo artificial das coisas e das não-coisas⁹ que significam a informação presente também no processo de comunicação. Logo, a sociedade mantém-se

⁹ Vilém Flusser declara que se orientar no ambiente “significava diferenciar as coisas naturais das artificiais.” (p.52) . Ele continua: “Mas essa situação infelizmente mudou. Agora irrompem não-coisas por todos os lados, e invadem nosso espaço suplantando as coisas. Essas não-coisas são denominadas “informações”. (p.54)

devido a esse capital adquirido: mediação sígnica que se processa graas aos sistemas de signos cuja permanência depende das convenes sociais. Eles, além de expressá-las também as refletem, uma vez que não   possível estabelecer regras por meio de signos que não sejam aceitas socialmente. Dessa forma, o homem estabelece as convenes sociais e as s gnicas, com as quais sustenta os acordos, pactos, em funo do próprio desenvolvimento humano e da evoluo social, que não existiria sem comunicao. Por meio dos sistemas de signos ele também introjeta dados para a formao de sua consciência: comunica-se consigo mesmo, embora mantenha uma base comum social com os outros por causa das linguagens.

Bibliografia

- Barthes, Roland (1971) Elementos de Semiologia. Tr. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix
- Eco, Umberto (1973) O Signo. Tr. Marco Lucchesi. Lisboa: Editorial Presena.
- Eco, Umberto (1971). A Estrutura Ausente: Introduo   Pesquisa Semiológica. Tr. Pérola de Carvalho. S.Paulo: Perspectiva/Ed. da USP.
- Flusser, Vilém (2007). O Mundo Codificado: por uma Filosofia do Design e da Comunicao. Tr. Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify.
- Freud, Sigmund (1974) “O Mal-Estar na Civilizao”, Obras Psicológicas Completas (XXI), Tr. O. de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago Editora: 75-171
- Freud, Sigmund (1974) “O Futuro de uma Ilusão”, Obras Psicológicas Completas (XXI), Tr. O. de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago Editora: 15-71
- Morin, Edgar. (1998) Sociologia (A Sociologia do Microsocial ao Macroplanet rio), Tr. M. Gabriela de Bragana, M. Conceio Coelho. Portugal: Publicaes Europa-América, Ltda
- Peirce, Charles Sanders (1974) “Escritos Coligidos”, Os Pensadores (XXXVI), Tr. Luis Henrique dos Santos. São Paulo: Abril Cultural.
- Rousseau, Jean-Jacques (s.d.) O Contrato Social e Outros Escritos.Tr. Rolando Roque da Silva.São Paulo: Cultrix
- Vygotsky, Lev S. (2003) A Formao Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes.